



Recomendação:

Pela implementação de Contabilidade de Gestão

A Iniciativa Liberal defende a transparência e a boa gestão das entidades públicas como pilares essenciais de uma governação responsável. Para que estas sejam efetivas, é indispensável que existam instrumentos que permitam avaliar, com rigor, os custos e a eficiência da atividade pública.

Atualmente, não é possível apurar de forma clara os custos associados aos diferentes serviços e áreas operacionais da Junta de Freguesia de Santa Clara, o que limita significativamente a capacidade de escrutínio por parte dos membros desta Assembleia.

Acresce que, nos termos da **Lei n.º 53-E/2006**, as taxas cobradas devem respeitar o princípio da equivalência, estando relacionadas com o custo do serviço prestado ou com o benefício auferido pelo particular. Sem informação fiável sobre os custos, não é possível aferir a proporcionalidade e, em última instância, a conformidade legal dessas taxas.

Importa ainda referir que o **Decreto-Lei n.º 192/2015**, que aprovou o SNC-AP, prevê a existência de contabilidade de gestão como instrumento essencial de apoio à decisão e avaliação da eficiência, nomeadamente através da **Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27**, tal como está referido no **Relatório Económico Financeiro 2025** disponibilizado pelo executivo.

Assim, reconhecendo a dificuldade na sua implementação, a Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Clara recomende:

1. Que o executivo da Junta de Freguesia de Santa Clara apresente a esta Assembleia, com carácter prioritário, um plano de implementação de um sistema de contabilidade de gestão, em conformidade com o SNC-AP, incluindo cronograma, metodologia e etapas concretas, com vista à sua implementação no mais curto prazo tecnicamente possível..

O eleito pela Iniciativa Liberal

Miguel da Silva Ramos